

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA****CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2020 - SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRALIS****PORTARIA 022/2022 – CONVOCAÇÃO PARA A PROVA ORAL**

O Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul – IESES, considerando a deliberação da Comissão do Concurso Público para Ingresso e para Remoção dos Serviços Notariais e Registrais do Estado de Rondônia, em reunião realizada aos 23 (vinte e três) dias deste mês de agosto de 2022 e nos termos do item 11.2 do Edital 001/2020,

FAZ PÚBLICO, para conhecimento dos interessados que:

1. Ficam convocados para a Prova Oral os seguintes candidatos, cuja documentação comprobatória do cumprimento dos requisitos para outorga de delegações e inscrição definitiva foi aprovada, para ingresso por provimento (código 6015):

<b>Nome do Candidato</b>	<b>Inscrição</b>
AGATHA KRIS DOS SANTOS STORARI	110400529
ALAN FELIPE PROVIN	110385816
ALEXANDRE DE BRITO PEREIRA	111096407
ALEXANDRE MARTINS KUNRATH	111509857
ANA CAROLINA DEGANI DE OLIVEIRA	110610574
ANDRÉIA MACÁRIO DA SILVA	110455162
ARIJOEL CAVALCANTE DOS SANTOS	110744790
ARTUR CESAR DE SOUZA	110273765
ARTUR SILVA DE AGUIAR	110057150
BARBARA PASTORELLO KREUZ	110691429
BRUNO AUGUSTO COSTA GIOCONDO	110777457
CÁSSIO PEREIRA	111397302
CHRISTIAN GUEDES DA SILVA	110170913
CLEONY DE FÁTIMA ALMEIDA DE OLIVEIRA AZEVEDO	110469125
DIMITRI FERNANDES	111137120
DIOGO FERNANDO DOS SANTOS NORONHA	110792857

DIOGO RICARDO GOES OLIVEIRA	110370830
DIRLEI HORN	111572218
EDILSON DEGE JUNIOR	110953785
EDUARDO MARCELO VIANA INÁCIO	110439984
ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA	110731208
EVERSON VIEIRA MACHADO	110359891
FELLIPE VILAS BÔAS FRAGA	110037101
FLAVIA REPISO MESQUITA	110532711
FLAVIO VIOLATO BENTEO	110816981
GEOVANNY MATSUMOTO DE ALMEIDA SANTOS	110132877
GETULIO VELASCO MOREIRA FILHO	110040549
GUILHERME EMMERICH BARROS SOARES	110603541
HENRIQUE RENNÓ ROCHA	111594208
HIOSEF KENEDY SANTOS STORARI	110883156
HUGO SILVA DE AGUIAR	110062510
IGOR BORHER	111354315
JEFERSON GALVAO DE MELO	111122490
JOÃO CARNEIRO DUARTE NETO	110771139
JOÃO HENRIQUE TATIBANA DE SOUZA	110272815
JOSE MEDINA BRANDAO NETO	110426520
JULIANA PRADO YRIARTE	110061700
JÚNIA MARISE LANA MARTINELLI	110914977
KATIANE OLIVEIRA SILVEIRA DE FIGUEIREDO	110226552
KATYANE CERVI	110372718
LARA FERNANDA CAVALCANTE QUEIROZ	111010386
LUCAS GERASEEV PINHEIRO MACHADO	111347220
LUCELIA PITOMBEIRA BARRETO	111174442
LUIS ALBERTO DEGANI DE OLIVEIRA	111033223
LUIS GUSTAVO BELMONTE	110800899

LUIZ EUGÊNIO CÔRTEZ SANTIAGO FILHO	111552281
LUIZA DIAS SEGHESE	111339615
LUIZA OLIVEIRA GUEDES	111260549
MARCELO NERY DE SÁ RIBEIRO	110963581
MARCOS ANTONIO MOREIRA FIDELIS	110020423
MARIA EMILIA EMANUELI DE SOUZA SANCHES SCHOTT	110117487
MARIA EUGENIA BENTO DE MELO	111323152
MATEUS BATISTA BATISTI	110779994
MATEUS MILHOMEM DE SOUSA	110156496
MATEUS PEDRO OLIVEIRA MARTINS ROCHA	110698113
MAXIMILLIAN PEREIRA DE SOUZA	110014129
NAYARA HELLEN DE ANDRADE SAPORI	111002961
NAYARA RESENDE NEIVA	111518609
PEDRO RAMOS DA SILVA JUNIOR	111027923
RAFAEL CARPENA RAMOS	111370119
RAFAEL FERRER ALLIEVI	111312240
RAISSA SILVA REIS	110368624
RICARDO FACHIN CAVALLI	110504486
ROBSON MARTINS	110880105
RODOLFO FERREIRA PINHEIRO	110921466
RODRIGO GRIGOLIN	110021309
ROSELI MERTEN	110441146
ROZINEIDE MEIRELES DE LUNA	110850698
SANDS LOURES OLIVEIRA CARVALHO	111269125
SARA MORAIS DE OLIVEIRA	110973252
TAMIRIS NUNES DUALIBI	110749547
TATIANA LOPES SANTOS	110256841
THIAGO MACIEL DE PAIVA COSTA	110366235
TIAGO BRUNO BRUCH	110668563

UENDER OLIVEIRA MARTINS	110828598
VANESSA LIMA DO NASCIMENTO	111236183
VINICIUS BATISTI STRINGHI	111400385
WAGNER RODRIGUES	110308372
YURI AMORIM DA CUNHA	110079712

2. Ficam convocados para a Prova Oral os seguintes candidatos, cuja documentação comprobatória do cumprimento dos requisitos para outorga de delegações e inscrição definitiva foi aprovada, para ingresso por remoção (código 6104):

<b>Nome do Candidato</b>	<b>Inscrição</b>
ARIJOEL CAVALCANTE DOS SANTOS	110745782
DIRLEI HORN	111227771
EUGENIO BRUGGER NICKERSON	110024102
FERNANDO JÂNIO DEGAM	110317172
FRANCISCO MANFREDO DO AMARAL ALMEIDA	110456157
GUILHERME JOSÉ DE ALMEIDA	111041560
LARISSA FERRO GOMES EVANGELISTA	110025569
MARCOS ANTONIO MOREIRA FIDELIS	110018301
MILTON ALEXANDRE SIGRIST	110989450
NAFÉ DE JESUS DE OLIVEIRA	110192893
ROGÉRIO FERNANDES VIRGINIO	110819919

3. A Prova Oral será realizada no período de 18 a 21 de setembro de 2022, nos horários indicados no Anexo I a esta Portaria.
4. A ordem de participação de cada candidato na prova oral, com indicação do dia e hora do início de sua arguição e hora limite para entrada em sala de prova, será definida por sorteio, em audiência pública a ser realizada no dia 01 (primeiro) de setembro de 2022, quinta-feira, às 09 (nove) horas, na sede do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, devendo o ato com o resultado do sorteio também informar o respectivo local de prova.
5. O sorteio será realizado englobando-se em um único conjunto todos os convocados por esta Portaria. Os candidatos com inscrição nas modalidades de ingresso por provimento e ingresso por remoção, farão a prova na modalidade de ingresso por provimento, sendo sua nota consignada também para a modalidade de ingresso por remoção.
6. Os pontos objeto do sorteio para arguição dos candidatos serão discriminados a partir dos conteúdos programáticos indicados para a Prova Objetiva de Seleção, para as áreas relacionadas às letras "a", "b" e "c" do item 11.1.2 do Edital nº 001/2017, conforme anexo II a esta Portaria.

7. Reitera-se o disposto no item 12.1 do Edital - os candidatos selecionados à Prova Oral são convocados a fazer a entrega dos documentos pertinentes à Prova de Títulos, os quais deverão ser entregues, pessoalmente pelo candidato, no momento em que for efetuada sua identificação por ocasião da prova oral.
8. Os candidatos abrangidos pelo item 10.3 do Edital e que obtiverem deferimento de inscrição definitiva em momento posterior ou obtiverem decisão liminar para participar da prova oral, não terão seu nome incluído no sorteio, realizando sua prova oral no horário subsequente ao do último candidato sorteado.

São José (SC), 24 de agosto de 2022.

(assinatura no original)

**Prof. Gilson Luiz Leal de Meireles**

Coordenador do Concurso – IESES

---

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001 2020**  
**OUTORGA DAS DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTROS**

**PORTARIA Nº 022/2022 - ANEXO I**

**PROVA ORAL**

<b>Banca 1</b>		
<b>Avaliador 1</b>	<b>Avaliador 2</b>	<b>Avaliador 3</b>

<b>Dia 01</b>	<b>Domingo</b>	<b>18 de setembro de 2022</b>		
09	00	001	002	003
09	15	002	003	001
09	30	003	001	002
09	50	004	005	006
10	05	005	006	004
10	20	006	004	005
10	40	007	008	009
10	55	008	009	007
11	10	009	007	008
11	30	010	011	012
11	45	011	012	010
12	00	012	010	011
12	20	013	014	015
12	35	014	015	013
12	50	015	013	014
15	00	016	017	018
15	15	017	018	016
15	30	018	016	017
15	50	019	020	021
16	05	020	021	019
16	20	021	019	020
16	40	022	023	024
16	55	023	024	022
17	10	024	022	023
17	30	025	026	027
17	45	026	027	025
18	00	027	025	026

<b>Dia 02</b>	<b>Segunda- feira</b>	<b>19 de setembro de 2022</b>		
09	00	028	029	030
09	15	029	030	028
09	30	030	028	029
09	50	031	032	033
10	05	032	033	031
10	20	033	031	032
10	40	034	035	036
10	55	035	036	034
11	10	036	034	035
11	30	037	038	039
11	45	038	039	037
12	00	039	037	038
12	20	040	041	042
12	35	041	042	040
12	50	042	040	041
15	00	043	044	045
15	15	044	045	043
15	30	045	043	044
15	50	046	047	048
16	05	047	048	046
16	20	048	046	047
16	40	049	050	051
16	55	050	051	049
17	10	051	049	050
17	30	052	053	054
17	45	053	054	052
18	00	054	052	053

<b>Dia 03</b>	<b>Terça-feira</b>	<b>20 de setembro de 2022</b>		
09	00	055	056	057
09	15	056	057	055
09	30	057	055	056
09	50	058	059	060
10	05	059	060	058
10	20	060	058	059
10	40	061	062	063
10	55	062	063	061
11	10	063	061	062

---





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2020**

**PORTARIA Nº 022/2022 - ANEXO II**

## **PROVA ORAL – PONTOS DE SORTEIO**

As matérias objeto de avaliação pela Comissão Examinadora são as seguintes:

- Direito Notarial e Registral;
- Direito Civil, Direito Comercial/Empresarial e Direito Processual Civil;
- Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito Tributário.

**ATENÇÃO:**

**DEVEM SER CONSIDERADAS AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO OCORRIDAS ATÉ 31 de outubro de 2020.**

### **I. Direito Notarial e Registral**

1. Lei dos Registros Públicos e suas alterações (Lei nº 6.015/73). Lei dos Notários e Registradores e suas alterações (Lei nº 8.935/94). Registro de Imóveis: atribuições; escrituração. Processo de registro; pessoas; matrícula, transcrição e inscrição; código nacional de matrícula – CNM (art. 235-A da LRP); registro, averbação e cancelamento; suscitação de dúvida; bem de família; remição do imóvel hipotecado; Registro Torrens; sistema de registro; imóveis registráveis; alteração no registro de imóveis averbáveis;
2. Direitos registráveis; direitos averbáveis; terminologia do registro e da averbação; livros do Registro de Imóveis; títulos judiciais registrável e averbável; princípios do Registro de Imóveis; Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e Sistema Financeiro Imobiliário (SFI); administração do serviço; retificação imobiliária administrativa; retificação imobiliária judicial; terrenos de marinha e alodial (Lei nº 9.636/98 e Lei nº 11.481/07); usucapião administrativo (Art. 216-A da LRP, Art. 1071 do CPC, Provimento do CNJ nº 65/2017, Portaria Conjunta entre a AGU e SPU nº01/2017, de 24/02/17);
3. Da regularização fundiária rural e urbana - Lei nº 13.465/2017, procedimentos de alienação de imóveis da União; direito de laje. Ordem do Serviço – Publicidade – Conservação – Responsabilidade - Competência – Princípios Informativos – Livros – Certidões - Prenotação – Anotações – Qualificação – Notificações – Procedimento de Dúvida - Retificações e Georreferenciamento — Parcelamento do Solo Urbano e Rural
4. Condomínios, Incorporações e Patrimônio de Afetação – Sistema Financeiro da Habitação – Contratos Imobiliários – Compromisso e Loteamento – Sistema de Financiamento Imobiliário – Reserva Legal – Desafetação – Tombamento – Restrições Convencionais e Legais –Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiro – Cédulas de Crédito Rural, Industrial, Comercial, Bancário, à Exportação e de Produto Rural – Imposto de Transmissão Inter Vivos e Causa Mortis –Lei Federal n. 6.766/1979 - Lei Federal n. 9.514/1997 – Estatuto da Cidade – Código de Águas – Lei Federal n. 11.977/2009 – Lei Federal n. 10.169/2000.
5. Tabelionato de Notas: atribuições; escrituração; ordem do serviço; publicidade; conservação; responsabilidade; livros; escrituras públicas das diversas naturezas; ata notarial diversas, inclusive para fins de Usucapião administrativo; certidões e traslados; reconhecimento de firmas; procurações; testamentos; princípios do Tabelionato de Notas; diligências; responsabilidade; penalidades. Atos notariais em geral e em espécie.
6. Os documentos necessários para a prática de atos notariais - As certidões negativas - Arquivamento e dispensa de arquivamento – Da Lavratura dos Atos Notariais – Escritura pública - Requisitos – Testamentos – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações – Cópias e Autenticações – Da autenticação de documentos – Selo de Autenticidade.
7. Registro Civil das Pessoas Naturais: competência, atribuições, escrituração, ordem do serviço; publicidade; conservação; responsabilidade; penalidades; nascimento; óbito, casamento; separação e divórcio; emancipação, interdição e ausência; averbações; anotações; ratificações, restaurações e suprimentos; adoção e o Registro Civil;
8. Reconhecimento de filhos; fé pública; administração do serviço; gratuidade do Registro de nascimento e óbito; livros e princípios do Registro Civil das Pessoas Naturais. Registro de nascimento fora de prazo - Lei n. 11.790/2008. Traslados de Assentos Lavrados no Exterior – Opção de Nacionalidade – Estatuto do Estrangeiro - Papel de Segurança – Reconhecimento de Filhos - Fundo de ressarcimento dos atos gratuitos - Lei Federal n. 8.069/1990 – Tutela- Curatela – União homoafetiva e correlatas.
9. Registro Civil de Pessoas Jurídicas: escrituração; pessoa jurídica; registro de jornais; empresas radio-difusoras e agências de notícias; livros; responsabilidades; penalidades. Registro de Títulos e Documentos: atribuições; escrituração; ordem do serviço; publicidade; conservação; responsabilidade; penalidades; notificações;

- cancelamentos; princípios aplicáveis ao Registro de Títulos e Documentos; Registro de empresas - Lei nº 8.934/94; fé pública; administração do serviço; livros.
10. Tabela de Protesto: atribuições; escrituração; protesto; procedimentos e; natureza e finalidade; protesto especial; Lei nº 9.492/97; informações e certidões; cancelamentos. Legislação que regula os contratos empregatícios nos cartórios – CLT.
  11. Noções gerais de documentos eletrônicos e de informática aplicada aos serviços notariais e de registros. Assinatura e certificação digital. Títulos e certidões em meio digital. Notários e registradores. Responsabilidade civil e criminal. Incompatibilidades e impedimentos. Deontologia: Direitos e deveres. Infrações disciplinares e penalidades.
  12. Fiscalização da atividade notarial e de registro pelo Poder Judiciário. Corregedoria-Geral da Justiça. Provimentos. Conselho Nacional de Justiça. Recomendações. Lei n. 4.380/1964 - Lei n. 4.504/1964 - Lei n. 4.591/1964 - Lei n. 6.766/1979 - Lei n. 6.840/1980 - Lei n. 8.560/1992 - Lei n. 8.929/1994 - Lei n. 7.433/1985 - Lei n. 9.514/1997 - Lei n. 10.257/2001 - Lei n. 10.267/2001 - Lei n. 10.931/2004 - Lei n. 11.441/2007 - Decreto-Lei n. 58/1937 - Decreto-Lei n. 167/1967 - Decreto-Lei n. 271/1967 - Decreto-Lei 413/1969 - Instrução Normativa 17-b de, de 22 de dezembro de 1980 (Incra) - Instruções normativas da Receita Federal e INSS relativas aos atos notariais e registrais. Lei n. 13.726/2018 Entendimento Sumulado pelos Tribunais Superiores.

## II. Direito Civil, Direito Comercial/Empresarial e Direito Processual Civil

1. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657 / 1942 e suas alterações) Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406 / 2002 e suas alterações) Das Pessoas. Das Pessoas Naturais. Das Pessoas Jurídicas. Do Domicílio. Dos bens. Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Dos atos lícitos e ilícitos. Da prescrição e decadência. Da prova. Do direito das obrigações. Das modalidades. Da transmissão. Do adimplemento e extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações. Dos contratos em geral. Das várias espécies de contrato. Leis extravagantes. Dos atos unilaterais. Da responsabilidade civil. Das preferências e privilégios creditórios. A responsabilidade civil na Constituição.
2. Do direito das coisas. Da posse. Dos direitos reais. Da propriedade. Da superfície. Das servidões. Do usufruto. Do uso. Da Habitação. Do direito do promitente comprador. Do penhor, da hipoteca e da anticrese. Da laje. Do Direito de Família. Do direito pessoal. Do casamento. Das relações de parentesco. Do direito patrimonial. Do regime de bens entre os cônjuges. Do usufruto e da administração dos bens de filhos menores. Dos alimentos. Do bem de família. Da união estável. Da tutela, da curatela e da tomada de decisão apoiada. Do direito das sucessões. Da sucessão em geral. Da sucessão legítima. Da sucessão testamentária. Do inventário e da partilha. Das disposições finais e transitórias do Código Civil. Seguros.
3. Registros públicos (Lei nº 6.015 / 1973 e suas alterações). Locação (Lei nº 8.245 / 1991 e suas alterações). Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 / 2003 e suas alterações). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146 / 2015) Direito Autoral (Lei nº 9.610 / 1998 e suas alterações). Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e outros membros da família (Decreto nº 9.176 / 2017). Direito da Criança e do Adolescente: Da proteção à criança e ao adolescente – Lei n.8.069/1990. Conceitos, deveres, garantias e prioridades. Da interpretação da norma estatutária. Dos direitos fundamentais. Das medidas de proteção. Do direito a educação, a cultura, ao esporte e ao lazer. Dos atos infracionais. Das medidas pertinentes aos pais ou responsáveis. Do Conselho Tutelar. Do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente. Da Justiça da Infância e da Juventude. Competência dos processos e procedimentos. Dos recursos. Do Ministério Público. Da proteção judicial aos interesses individuais, difusos e coletivos. Das infrações administrativas.
4. Direito do Consumidor: Natureza e fonte das regras de consumo – Lei n. 8.078/1990. A relação de consumo e suas características. Integrantes e objeto da relação de consumo. Objetivos e princípios da política nacional das relações de consumo. Os direitos básicos do consumidor. Interpretação das regras de consumo. Da qualidade que os produtos e serviços devem ter. Da responsabilidade dos agentes que figuram nas relações de consumo. Espécies de responsabilidades previstas na lei de consumo. Da prescrição e da decadência nas ações atinentes a matéria de consumo. Das práticas comerciais. Da oferta e da publicidade. As práticas abusivas e seus efeitos. Da proteção contratual em matéria de consumo. Princípios que regem a matéria. Os contratos de adesão. Das cláusulas abusivas. Espécies e efeitos jurídicos. A defesa do consumidor em juízo. Ações individuais e coletivas. Legitimidade para sua propositura. Efeitos da coisa julgada. Das ações coletivas para defesa dos direitos dos consumidores. Das ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. Responsabilidade civil. Responsabilidade contratual e extracontratual. Dano patrimonial e moral. Da cobrança de dívidas e dos bancos de dados e cadastros. Entendimento sumulado pelos Tribunais Superiores.
5. Origens e história do Direito Comercial/Empresarial. Teoria dos atos de comércio. Teoria da empresa e atividade empresarial e mercado. O Direito Civil e o Direito Comercial/Empresarial: autonomia ou unificação. Fontes do Direito Comercial/Empresarial. Os perfis do mercado. Princípios constitucionais econômicos e sua instrumentalidade para o funcionamento do mercado. Direito de Empresa no Código Civil. A empresa e o empresário. Noção econômica e jurídica de empresa. Empresário e sociedade empresária. A atividade empresarial. Capacidade. Empresário rural. Obrigações gerais dos empresários. Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins. Escrituração e demonstrações contábeis periódicas. Empresa individual de responsabilidade limitada. Estabelecimento empresarial. Nome empresarial. Direitos e Obrigações relativas à propriedade industrial: Lei nº 9.279, de 14/5/1996. Disciplina jurídica da concorrência. Concorrência desleal. Repressão civil e penal. Infração da ordem econômica.

Sanções por infração da ordem econômica. A atividade empresarial e a publicidade: tutela do consumidor. A intervenção judicial. Jurisprudência dos tribunais superiores.

6. Teoria Geral do Direito Societário. Conceito. Elementos. Classificação. Princípios. Personalidade jurídica. Desconsideração da personalidade jurídica. Sócio e acionista. Direitos. Deveres. Responsabilidades. Capital Social. Classificação das sociedades. Sociedades no Código Civil. Sociedade em Comum. Sociedade em Conta de Participação. Sociedade Simples. Sociedade em nome coletivo. Sociedade em comandita simples. Sociedade Limitada. Sociedade em comandita por ações. Sociedade cooperativa. Sociedades Coligadas. Liquidação da sociedade. Transformação, incorporação, Fusão e Cisão das Sociedades. Sociedade dependente de autorização. Sociedade nacional e estrangeira. Sociedade por ações - Lei nº 6.404/1976 e suas alterações. Sociedades de economia mista. Sociedades controladoras e controladas. Mercado de Capitais. Valores Mobiliários. Dissolução. Retirada e exclusão do sócio. Apuração de haveres. Liquidação. Partilha. Processo.
7. Teoria Geral dos Títulos de Crédito. Títulos de crédito no Código Civil. Letra de câmbio, nota promissória, cheque, duplicata. Títulos de crédito impróprios. Títulos bancários. Títulos do agronegócio. Títulos eletrônicos ou virtuais. Teoria Geral do direito dos contratos. O Comércio eletrônico. Contratos empresariais. Compra e venda mercantil. Contratos de colaboração. Contratos bancários. Mútuo, fiança, penhor e seguro. Arrendamento mercantil. Fomento Mercantil. Franquia. Alienação fiduciária em garantia. Cartões de Crédito. Transporte de carga, fretamento e armazenagem. Agenciamento de publicidade. O empresário e a relação de consumo. Da tutela contratual dos consumidores.
8. Teoria Geral da Falência. Lei nº 11.101/2005 e suas alterações. Órgãos da falência. Efeitos da falência. Processo de falência. Pedidos de restituição. Da ineficácia e da revogação de atos praticados antes da falência. Realização do ativo. Classificação e pagamento dos credores. Encerramento da falência. Liquidação extrajudicial de instituições financeiras e entidades equiparadas. Teoria Geral da Recuperação da empresa. Recuperação judicial e recuperação extrajudicial. Órgãos da recuperação judicial. Processo da recuperação. Verificação dos créditos. Entendimento sumulado pelos Tribunais Superiores.
9. Das normas fundamentais do processo civil e sua aplicação. Jurisdição e ação. Conceito, natureza e características. Condições da ação. Dos limites da jurisdição nacional e da cooperação internacional. Da competência interna: disposições gerais, da modificação da competência e da incompetência. Da cooperação nacional. Dos sujeitos do processo: capacidade processual; dos deveres das partes e seus procuradores; dos deveres; da responsabilidade das partes por dano processual; das despesas, dos honorários advocatícios e das multas; da gratuidade de justiça; dos procuradores e da sucessão das partes e dos procuradores. Do litisconsórcio, da intervenção de terceiros: disposições comuns; da assistência simples; da assistência litisconsorcial; da denunciação da lide; do chamamento ao processo; do incidente de desconsideração da personalidade jurídica; do *amicus curiae*. Do Juiz, do Ministério Público e dos Auxiliares da justiça. Da advocacia e da defensoria pública. Da forma, do tempo, do lugar e comunicação dos atos processuais. Dos prazos. Das nulidades. Formalismo e instrumentalidade das formas. Convalidação do ato processual. Preclusão. Da comunicação dos atos processuais: disposições gerais; da citação; das cartas; das intimações. Do valor da causa. Tutela provisória. Disposições gerais. Da tutela de urgência e da tutela de evidência. Da formação, da suspensão e da extinção do processo. Procedimento comum: da petição inicial: requisitos, do pedido e do indeferimento da petição inicial. Da improcedência liminar do pedido. Da conversão da ação individual em coletiva. Da conciliação. Da mediação (Lei 13.140/15). Da contestação, reconvenção e da revelia. Das providências preliminares e do saneamento: da não incidência dos efeitos da revelia; do fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
10. Das alegações do Réu. Do julgamento conforme o estado do processo: da extinção do processo; do julgamento antecipado do mérito; do julgamento antecipado parcial do mérito; do saneamento e da organização do processo. Da audiência de instrução e julgamento. Das provas: disposições gerais; produção antecipada da prova; da ata notarial; do depoimento pessoal; da confissão; da exibição de documento ou coisa; da prova documental; da força probante os documentos; da arguição de falsidade; da produção da prova documental; dos documentos eletrônicos; da prova testemunhal; da admissibilidade e do valor da prova testemunhal; da produção da prova testemunhal; da prova pericial; da inspeção judicial.
11. Da sentença e da coisa julgada: disposições gerais; dos elementos e dos efeitos da sentença; da remessa necessária; do julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa; da coisa julgada. Liquidação de sentença. Do cumprimento da sentença: disposições gerais; do cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa; do cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa; do cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos; do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela fazenda pública; do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou de entregar coisa; Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária no Código de Processo Civil e legislação extravagante. Ação de alimentos e alimentos gravídicos.
12. Do processo de execução: da execução em geral; das diversas espécies de execução; da execução contra a fazenda pública; da execução de alimentos; dos embargos à execução; da suspensão e da extinção do processo de execução. Recursos. Recursos ao STF e STJ. Disposições gerais; da apelação; do agravo de instrumento; dos embargos de declaração; Das disposições finais e transitórias. Juizados Especiais Cíveis Estaduais, Federais e Juizados Especiais da Fazenda Pública. Alienação fiduciária. Decreto Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969. Da locação predial urbana e suas ações. Ação civil pública. Mandado de segurança. Ação popular. Entendimento sumulado pelos Tribunais Superiores.

### III. Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito Tributário.

1. Constitucionalismo e teoria da constituição. Constituição e neoconstitucionalismo. Poder constituinte. Supremacia da Constituição. Normas constitucionais: hermenêutica e filosofia constitucional. Métodos de interpretação. Aplicabilidade e eficácia. Mutações constitucionais. Controle da constitucionalidade: lineamentos gerais e modalidades. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Mandado de Injunção. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva.
2. Preâmbulo da Constituição. Princípios fundamentais. Direitos e Garantias fundamentais. Organização dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Poder Judiciário. Estatuto da Magistratura: direitos, garantias e deveres. Autonomia administrativa e financeira dos Tribunais. Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça. Superior Tribunal de Justiça. Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais. Tribunais e Juízes do Trabalho. Tribunais e Juízes eleitorais. Tribunais e Juízes militares. Tribunais e Juízes dos Estados. Das funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia Pública, Advocacia e Defensoria Pública. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.
3. Tributação e Orçamento: sistema tributário nacional (princípios gerais e limitações ao poder de tributar) e finanças públicas (normas gerais e orçamentos). Ordem Econômica e Financeira: princípios gerais da atividade econômica, política urbana, política agrícola e fundiária e da reforma agrária. Ordem Social: seguridade social, saúde, previdência social e assistência social; educação, cultura e desporto; meio ambiente; família, criança e adolescente, jovem e idoso; índios.
4. Organização do Estado: organização político-administrativa; a União, os Estados, o Município, o Distrito Federal e os Territórios; da intervenção; administração pública: disposições gerais e princípios, servidores públicos civis, militares e das regiões. Entendimento sumulado pelos Tribunais Superiores.
5. A Administração Pública. Atos administrativos próprios e impróprios das funções legislativas, executivas e judiciárias. Organização da Administração Pública. Estrutura administrativa do Estado. Administração direta e indireta. Regime jurídico da administração indireta. Prerrogativas e sujeições. Desconcentração e descentralização. Pessoas de Direito Público e de Direito Privado. Decreto-Lei n.200, de 25.02.1967. Consórcios públicos. Parcerias público-privadas.
6. Atos administrativos. Atividade administrativa. Processo administrativo. Convalidação, efeitos. Extinção dos atos administrativos. Discricionariedade e legalidade. Classificação dos atos administrativos. Espécies de atos administrativos. Validade, eficácia, aperfeiçoamento, efeitos e extinção dos atos administrativos. Prescrição administrativa. Atividade regulatória da Administração Pública. Poder de polícia. Competência regulatória. Competência econômica, social setorial, técnica/especializada. Agências reguladoras. Controle da Administração Pública.
7. Mandado de segurança coletivo. Ação civil pública e ação popular. Reclamação ao Supremo Tribunal Federal. Mandado de injunção. Ações coletivas. Habeas Data. Direito de petição. Contratos administrativos. Contratação direta (Lei 8.666, de 21.06.1993). Ordem de Serviços. Organizações sociais da sociedade civil de interesse público. Organizações não governamentais.
8. Licitação. Inexigibilidade e Dispensa. Modalidades. Fases do procedimento licitatório. Tipos de Licitação. Princípios da Licitação. Agentes públicos: classificação e espécies de vínculos com o Estado. Sistema de remuneração. Vencimentos e subsídios. Vedações. Fixação, alteração e limites. Regime constitucional do servidor público. Direito de greve. Responsabilidade do servidor público (política, administrativa, civil e criminal).
9. Bens públicos. Definição e classificação. A Constituição da República e o regime do Código Civil de 2002. Bens de domínio público e bens dominicais. A transferência de bens públicos: a alienação e o uso do bem público por particular. Bens públicos em espécie. Concessão e permissão de serviços públicos. Conceitos. Modalidades de concessão. Reversibilidade de bens. Extinção e Direito dos concessionários e dos usuários. Desapropriação. Modalidades. Desapropriação Direta e indireta. Desapropriação por zona. Desapropriação urbanística. Atos expropriatórios por particulares. Hipóteses. Decreto Expropriatório. Prazo. Efeitos. Destinação dos bens. Reversão. Desapropriação por acordo e judicial. Indenização. Decreto-Lei 3365/41. Responsabilidade Civil do Estado. Responsabilidade objetiva e subjetiva. Modalidades. Fundamentos. Causas excludentes e atenuantes. Reparação do dano. Intervenção na propriedade e atuação no domínio econômico: servidão, requisição, ocupação temporária, tombamento e limitações administrativas. Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) Da Fazenda Pública. Conceito. Prerrogativas processuais. Controle externo e orçamento. Lei de Responsabilidade Fiscal. Entendimento sumulado pelos Tribunais Superiores.
10. O Estado e o poder de tributar. Direito tributário: conceito e princípios. O sistema Tributário Nacional. Princípios gerais. Limitações do poder de tributar. Repartições das receitas tributárias. Fontes do Direito Tributário. Legislação tributária: conceito, vigência, aplicação, interpretação e integração. Tributo: conceito e espécies. Código Tributário Nacional. Imposto; taxa; contribuição de melhoria e outras contribuições. Obrigação tributária: conceito; espécies; fato gerador (hipótese de incidência); sujeito ativo e passivo; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário. Fato gerador da obrigação tributária. Elementos. Incidência, não incidência, imunidade e isenção. Responsabilidade tributária: normas gerais, espécies e hipóteses. Infrações administrativas tributárias. Substituição tributária. Crédito tributário. Conceito. Natureza. Lançamento. Revisão. Suspensão, extinção e exclusão. Prescrição e decadência. Repetição do indébito. Garantias e privilégios do crédito tributário.
11. Administração tributária. Dívida ativa: conceito, inscrição. Certidão de dívida ativa: natureza jurídica, presunção de certeza e liquidez. Processo administrativo e judicial tributário. Execução fiscal. Lei Federal nº 6.830/80. Embargos

à execução fiscal. Ação de consignação em pagamento. Ação declaratória. Ação anulatória. Ação de repetição de indébito. Ação cautelar e mandado de segurança. Tutela antecipada contra a Fazenda Pública.

12. Tributos estaduais e municipais. ICMS, LC nº 87/96, RICMS. ISSQN, LC nº 116/03. Infrações e sanções tributárias. Espécies. Fraude e abuso no ordenamento jurídico tributário. Responsabilidade dos Sucessores e de terceiros. Execução Fiscal e Fraude à execução. Imposto sobre propriedade territorial rural (ITR). Imposto de transmissão “inter vivos” a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI). Imposto de transmissão “inter vivos” por ato gratuito, de bens imóveis (ITBI). Imposto de transmissão “causa mortis” e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCMD). Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU). Imposto de Renda. Declaração sobre Operações Imobiliárias (DOI). Contribuições sociais INSS e FGTS. Aforamento (enfiteuse ou aprazamento). Entendimento sumulado pelos Tribunais Superiores.